



www.LeisMunicipais.com.br

LEI Nº 3161, DATA: 26 de dezembro de 2005.

AUTORIZA A PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO, ATRAVÉS DA PROCURADORIA DE ASSUNTOS TRABALHISTAS A REALIZAR ACORDOS JUDICIAIS EM PROCESSO DE NATUREZA TRABALHISTA ALIMENTAR.

A Câmara Municipal de Foz do Iguaçu, Estado do Paraná, aprovou e eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica a Procuradoria Geral do Município, através da Procuradoria de Assuntos Trabalhistas autorizada a realizar acordos em processos judiciais que tramitam na Justiça do Trabalho ou Justiça Cível quando o Município figurar como pólo passivo desde que o valor avençado não exceda a 20 (vinte) salários mínimos em atenção e nos moldes do art. 1º, da Lei Municipal nº **2.783**, de 9 de julho de 2003.

Art. 2º Os acordos deverão ser realizados somente na esfera judicial, com demanda já em curso e após a decisão judicial de primeiro grau contrária ao Município sobre a qual não caiba discussão dado ao caráter incontroverso das verbas deferidas em sentença.

Art. 3º São verbas incontroversas:

- a) salários;
- b) 13º salário;
- c) férias e 1/3 férias;
- d) FGTS e multa rescisória;
- e) Aviso Prévio; e
- f) Todas as outras definidas em Contrato de Trabalho e/ou Convenções Coletivas de Trabalho, excetuando-se horas extras.

Art. 4º O acordo somente será avençado com a parte interessada e/ou advogado que a represente no processo judicial.

Art. 5º Em caso de condenação subsidiária ou mesmo solidária do Município, somente serão avençados valores depois de esgotados todos os recursos para que o pagamento da ação seja feito pela entidade a qual o autor da ação judicial efetivamente prestou seus serviços, bem como seja a execução direcionada ao Município não podendo esse assumir a dívida antes do esgotamento devendo a avença dar quitação a todo o contrato de trabalho.

Parágrafo Único - Executam-se do caput deste artigo quando a entidade formalizar acordo com autor da ação e este der quitação total da ação e contrato de trabalho ou relação jurídica havida, não cumpri-lo e as verbas acordadas pela entidade, bem como multa por inadimplemento de até 20%, serem as declinadas no art. 3º desta Lei, sendo os valores apurados pela Procuradoria de Assuntos Trabalhistas e tidos como certos, devidos e incontroversos.

Valorizamos sua privacidade

Art. 6º Fica permitida ao Procurador de Assuntos Trabalhistas e do Procurador Geral do Município definir se as verbas que foram reconhecidas devidas na sentença são incontroversas a fim de possibilitar ou não a realização do acordo.

Art. 7º Os valores que serão pagos pelo Município deverão ser pagos através de Requisição de Pequeno Valor - RPV -, sem necessidade da expedição de precatório, na forma do art. 1º da Lei Municipal nº **2.783**, de 9 de julho de 2003, devendo ser

observado a ordem cronológica.

Art. 8º Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 9º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Foz do Iguaçu, Estado do Paraná, em 26 de dezembro de 2005.

PAULO MAC DONALD GHISI

Prefeito Municipal

Nota: Este texto não substitui o original publicado no Diário Oficial.

Data de Inserção no Sistema LeisMunicipais: 12/04/2010

Valorizamos sua privacidade